



# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

## MEMORANDO SOBRE A SAÚDE PÚBLICA

Não obstante ter sido a primeira área profissional a ser estruturada em Carreira, do enorme prestígio público de que já gozou e, essencialmente, dos inestimáveis serviços que continua a prestar ao País, nos últimos anos a Saúde Pública tem sido totalmente menorizada pelos poderes instituídos, senão mesmo abastardada.

Relegada para funções quase exclusivamente burocráticas, com vencimentos totalmente degradados e significativamente inferiores aos que a generalidade dos médicos das outras especialidades auferem de facto, facilmente se compreende que não consiga atrair novos quadros e que os actuais se aposentem logo que reúnam as condições legais mínimas exigidas.

E, no entanto, continua a demonstrar a sua importância, quer na intervenção do Estado na defesa da saúde pública, quer no controlo das situações capazes de causarem prejuízos graves à saúde dos cidadãos – de que o exemplo mais recente foi todo o trabalho de prevenção da pandemia de gripe, evitando que no nosso país ela tivesse as repercussões que teve noutros, inclusive comunitários.

Quer a OMS, quer a União Europeia reconhecem, valorizam e estimulam este perfil profissional; também os documentos enquadramentos da Saúde em Portugal – desde a Constituição da República até à Lei de Bases – lhe atribuem uma missão valorosa.

Porém, a realidade do dia-a-dia e os mais recentes diplomas que lhe dizem respeito desmentem todas estas intenções.

Com efeito, a actual intervenção do Estado Português, na área de actuação específica do Ministério da Saúde na Saúde Pública, com os profissionais de Saúde Pública a desempenhar funções num ambiente de inexplicável mistura entre os Decretos-Lei 81/2009 e 82/2009, não propicia o desenvolvimento das competências dos Médicos de Saúde Pública e dificulta, e muito, o desenvolvimento de uma política de Saúde Pública na defesa dos cidadãos.

Assim:

- O desempenho de funções pelos Médicos de Saúde Pública, que se pretende motivado para a excelência na prestação de serviços, está, nas actuais circunstâncias, claramente sujeito à desmotivação, limitações no desempenho cabal do seu perfil profissional, burocratização excessiva do seu papel e uma massa salarial já de si reduzida e ainda agravada pela diminuição recentemente imposta, pela não progressão nas carreiras e a



## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

não atribuição dos complementos específicos inerentes ao desempenho de funções, têm levado a uma clara insatisfação dos seus profissionais.

- A intervenção na comunidade está dispersa, a investigação em saúde pública não é apoiada, e a capacidade de participação na gestão de serviços e de auditoria não está definida, muito menos regulamentada.
- A legislação em vigor, o inerente funcionamento das unidades de saúde e a incapacidade de dotar o ministério de instrumentos de comunicação adequados, não resultam no desenvolvimento das competências dos Médicos de Saúde Pública e na óbvia obtenção de mais-valias para a saúde das populações – nomeadamente nas áreas da vigilância epidemiológica (nas componentes humana e ambiental), nas doenças comunicáveis e em outros dados relevantes para o conhecimento do estado de saúde das populações, de modo a desencadear decisão política em saúde devidamente suportada na evidência.
- A reconhecida capacidade de Advocacia dos profissionais de Saúde Pública na defesa da saúde das suas populações, nomeadamente através do exercício da Autoridade de Saúde, estudando e veiculando as questões colocadas e emitindo o respectivo parecer para avaliação, ou decidindo numa óptica de Magistratura da Saúde, está neste momento incerta.

O recente Decreto-Lei 82/2009 – cuja alteração já chegou a ser acordada entre a FNAM e o Sr. Director Geral da Saúde, continuando a aguardar publicação – introduziu grandes constrangimentos no desempenho desta importante função a nível local, nomeadamente pela ausência de uma definição clara de hierarquias, de critérios de nomeação, da área de influência e da delegação de competências.

- O desempenho das funções de Autoridade de Saúde leva a que tenhamos profissionais de serviço/chamada 24/24 horas em todos os dias do ano (com excepção, naturalmente, das férias a que têm direito), sem remuneração positiva compensatória adequada.

Pelo atrás exposto, a FNAM defende que, de uma vez por todas, o poder político clarifique quais as suas reais intenções quanto a esta área de intervenção – considera-a irrelevante e “deixa-a cair”, ou, à semelhança das várias instâncias internacionais, reserva para ela um papel fulcral no nosso Sistema de Saúde e, coerentemente, passa a tratá-la com a dignidade que ela merece.

Inquestionavelmente, defendemos esta última postura, pelo que entendemos ser inadiáveis:



## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

A – A efectiva integração e harmonização da Saúde Pública na anunciada (e sempre adiada) Reforma dos Cuidados de Saúde Primários;

B – A revisão dos quadros dos Serviços Locais de Saúde Pública, dotando-os de técnicos cujos perfis profissionais são absolutamente indispensáveis para o exercício de uma moderna Saúde Pública – não só Técnicos de Saúde Ambiental, Enfermeiros e Administrativos, mas também Psicólogos, Assistentes Sociais, Nutricionistas, etc.;

C – A criação de sistemas de comunicação eficazes para o conhecimento de dados relevantes em Saúde Pública, o acesso a dados de morbilidade e mortalidade (cedidos quer pelas administrações de saúde, quer pelas estruturas privadas), a disponibilização dos dados relevantes a nível da saúde ocupacional e ambiental pelas entidades/empresas com responsabilidade nestas áreas, de modo a capacitar os Médicos de Saúde Pública para as decisões inerentes ao desempenho das suas funções na área geográfica respectiva;

D – A investigação prioritária em saúde deverá ser estimulada;

E – Deverá ser reforçada a intervenção dos profissionais de Saúde Pública na educação para uma vida saudável, promoção da saúde e prevenção dos riscos de doença na comunidade, acção primordial que se traduz em inmensuráveis ganhos em saúde das populações e efectiva poupança em tratamentos, devendo para tal os serviços de saúde pública serem dotados dos recursos necessários, quer técnicos quer em meios humanos;

F – Deverá ser garantida a formação permanente dos seus profissionais, idealmente caminhando para uma efectiva sub-especialização nas diversas áreas da sua intervenção;

G – Deverá ser posto termo urgente a tarefas que deveriam competir a outros serviços e ministérios – exames para carta de condução, juntas médicas para benefícios fiscais, etc. – e que, longe de contribuírem para o fim nobre desta especialidade, roubam tempo inestimável aos seus profissionais;

H – É prioritária a revisão dos Decretos-Lei 81/2009 e 82/2009, definindo claramente o perfil profissional dos médicos de Saúde Pública e suas competências, os critérios de nomeação das Autoridades de Saúde, suas competências específicas, hierarquias e regime de trabalho e substituições;

I – A necessidade de atrair novos médicos a esta especialidade, nomeadamente de entre os mais novos, impõe também uma decidida intervenção a nível dos seus vencimentos.



## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

Porque o perfil profissional destes médicos implica uma efectiva dedicação exclusiva aos serviços públicos (aliás, quase única hipótese no mercado de trabalho), o seu vencimento base deverá ser significativamente diferenciado (para mais) do dos outros especialistas.

Uma outra componente da massa salarial deverá incorporar suplementos: definido um suplemento digno para o desempenho de funções de Autoridade de Saúde 24 horas por dia, sete dias na semana (à semelhança do regime de prevenção previsto para outras especialidades); passar a ser efectivamente pago o suplemento por coordenação da USP, previsto na legislação desde 2009, mas nunca pago; definido um suplemento por orientação de formação e estágios profissionalizantes (Médicos Internos, Técnicos de Saúde Ambiental, Enfermeiros, etc.).

Uma terceira componente remuneratória deverá acolher incentivos com base em indicadores de produção e de resultados, a contratualizar;

J – A revisão da regulamentação dos Departamentos de Saúde Pública das ARS, contemplando, entre outros aspectos, a integração dos seus profissionais e respectivos ratios.

Coimbra, 16 de Setembro de 2011

A Comissão Executiva da FNAME